



## **O LUGAR CENTRAL DA TERRA NA EXISTÊNCIA QUILOMBOLA EM ALCANTARA/MA**

Anderson David Martins de Araújo<sup>1</sup>  
João Edmilson Fabrini<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O modo de produção capitalista no Brasil consolidou-se historicamente por meio da concentração fundiária e da transformação da terra em ativo fundamental de reprodução do capital, impondo contradições estruturais que se prolongam até o presente. Nesse cenário, as comunidades quilombolas constituem sujeitos coletivos cuja existência material está diretamente vinculada à terra, elemento central para a reprodução social e para a manutenção do modo de vida camponês. A Ilha do Cajual, em Alcântara/MA, representa um caso emblemático, onde a expansão portuária ameaça inviabilizar as condições de vida dos moradores locais. Este artigo tem como objetivo compreender a centralidade da terra para os quilombolas de Cajual, evidenciando como ela sustenta a produção agrícola, a pesca, a pecuária e a organização social cotidiana, constituindo-se como base material indispensável à reprodução comunitária. A metodologia fundamenta-se no método dialético, permitindo analisar as contradições inerentes ao processo territorial. Foram realizadas observações em campo e diálogos com moradores, visando apreender as práticas, percepções e estratégias de resistência diante das pressões externas. Os resultados indicam que a terra firme agricultável é condição sine qua non para a continuidade da comunidade. A sobreposição de projetos portuários, que pode comprometer até 62% do território, ameaça dissolver as bases materiais da existência local, configurando um processo de expropriação e deslocamento forçado. A luta quilombola, portanto, transcende a dimensão cultural e assume caráter político e econômico, revelando-se como resistência concreta às dinâmicas predatórias do capital.

**Palavras-chave:** Questão agrária; Maranhão; atividades portuárias; Dialética; Capitalismo.

### **ABSTRACT**

The capitalist mode of production in Brazil was historically consolidated through land concentration and the transformation of land into a key asset for capital reproduction, imposing structural contradictions that persist today. In this context, quilombola communities represent collective subjects whose material existence is directly tied to land, which is central to social reproduction and the maintenance of peasant ways of life. Cajual Island, in Alcântara/MA, exemplifies this dynamic, where port expansion projects threaten to undermine the living conditions of local residents. This article aims to understand the centrality of land for the quilombolas of Cajual, highlighting how it sustains agriculture, fishing, livestock, and daily social organization, thus constituting an indispensable material basis for community reproduction. The methodology is based on the dialectical method, which allows for the analysis of contradictions inherent to territorial processes. Field observations and dialogues with residents were conducted to capture practices, perceptions, and strategies of resistance in the face of external pressures. The results indicate that arable upland areas are a sine qua non condition for the community's continuity. The superimposition of port projects, which may compromise up to 62% of the territory, threatens to dismantle the material bases of local existence, leading to processes of expropriation and forced displacement. Thus, the quilombola struggle transcends cultural dimensions, taking on political and economic significance as a concrete resistance against the predatory dynamics of capital.

**Keywords:** Agrarian question; Maranhão; port activities; Dialectics; Capitalism.

<sup>1</sup> Doutorando do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, [araujored1@gmail.com](mailto:araujored1@gmail.com);

<sup>2</sup> Professor pelo Curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, [joaofabrini@gmail.com](mailto:joaofabrini@gmail.com);



## INTRODUÇÃO

O modo capitalista de produção no Brasil, historicamente, operou uma dinâmica que busca a sua expansão a partir do controle sobre terras, ou seja, a terra se constitui num um ativo estratégico para a reprodução do capital a partir da renda fundiária. A lógica de acumulação de renda fundiária reflete o caráter desigual e excludente da formação territorial brasileira, onde a posse da terra não serviu apenas como meio de produção, mas como símbolo de poder e instrumento de dominação. Assim, a concentração cada vez maior de terras tornou-se uma das finalidades do capital, perpetuando desigualdades sociais e estruturais que ainda hoje configuram a realidade agrária e territorial do país.

O Brasil desenvolveu uma fórmula específica para a coerção do trabalho do homem livre, baseada em uma lógica estrutural: quando a terra era livre, o trabalho precisava ser escravizado; por outro lado, quando o trabalho era livre, a terra precisava estar sob domínio e controle (Martins, 2018). Segundo Martins (2018) este "cativeiro da terra" constitui a base estrutural e histórica da sociedade brasileira contemporânea. Essa dinâmica condicionou a modernidade do país e sua inserção no capitalismo a um modelo de coerção laboral que sustentou uma economia marcada pela concentração fundiária e de riquezas.

Clóvis Moura (2020) enfatiza que, onde houvesse escravidão, inevitavelmente surgiriam quilombos e movimentos de revolta, simbolizando a luta pela liberdade frente à opressão. Os quilombos eram áreas de refúgio formadas por escravizados fugitivos, geralmente localizadas em regiões de mata, selva ou áreas montanhosas de difícil acesso. Esses espaços eram transformados em aldeias que, justamente por sua localização estratégica, ofereciam condições favoráveis à sobrevivência, à preservação de tradições e à afirmação da identidade étnica e racial dos seus habitantes (PALMARES, 2008).

Esses espaços são ocupados, há séculos, por grupos sociais cuja ancestralidade está diretamente vinculada à experiência da escravidão. A identidade quilombola, nesse contexto, constitui-se como uma expressão genuína dessa herança étnico-histórica, não sendo resultado de uma construção artificial ou de manipulações posteriores, mas sim de sua relação com a terra. A importância da identidade quilombola como um reflexo contínuo, autêntico e enraizado nas especificidades étnicas dessas comunidades (Trabulsi, 2013).

A identidade configura-se como expressões concretas da relação entre os agentes sociais e a terra, sendo identificados e analisados como formas específicas de territorialidades. Tal complexidade evidencia não apenas a diversidade intrínseca às comunidades quilombolas, mas



também a singularidade das formas pelas quais esses grupos se conectam e interagem com seus territórios ao longo do tempo (Pereira Junior, 2017).

A análise da organicidade dos territórios, nesse contexto, ultrapassa a compreensão limitada à afirmação identitária. Assim, a luta quilombola trata-se de um campo de investigação que também possibilita a compreensão aprofundada dos movimentos étnicos, mas sobretudo das formas de resistência e reivindicação por direitos, essencialmente pautada no que diz respeito à luta pelo acesso à terra. A terra, para essas comunidades, não é apenas um bem econômico, mas também um espaço de vida, memória, ancestralidade e reprodução sociocultural.

Portanto, a luta pela terra deve ser compreendida como uma das principais estratégias de resistência e afirmação da existência quilombola. É por meio dela que esses sujeitos coletivos garantem não apenas a permanência em seus territórios, mas também a continuidade de suas práticas culturais, modo de vida e projetos políticos de transformação social, em oposição às formas hegemônicas de dominação territorial (Malcher, 2009). Desde à época da escravidão os quilombos se organizam de maneira diversa para garantir a sua existência, visto que, existiam, por exemplo, ligações dos escravos com contrabandistas de diamante e ouro, fazendo uma rede de informações pois eram duas atividades indesejadas pelo Estado brasileiro e assim, portanto, amplamente oprimidas (Moura, 2020). Ainda, Moura (2020, p. 51) discute que:

Em face da grande diversidade da economia escravista, muitas vezes os quilombos reproduziam internamente o tipo de economia da área da qual se organizavam. Por isso, embora a maioria praticasse a agricultura, em face da grande tradição agrícola dos povos africanos, não havia uniformidade naquilo que poderíamos atualmente denominar modelos econômicos.

Nesse contexto, a relação de uso estabelecida com a terra variava de acordo com cada área, configurando-se como uma estratégia fundamental para garantir a sobrevivência. O acesso à terra era o ponto de partida que possibilitava sua utilização, e essa utilização, por sua vez, era definida pelas especificidades da estrutura econômica local e pelos recursos disponíveis. Assim, as práticas e os modos de ocupação do território eram moldados pelas condições materiais e sociais presentes, refletindo dinâmicas adaptativas que respondiam às demandas e limitações de cada espaço.

Nesse contexto, conforme argumenta Marques (2012), o campesinato brasileiro apresenta particularidades que foram moldadas pelas condições históricas e socioeconômicas específicas do país. Suas raízes estão profundamente vinculadas à formação territorial colonial, marcada pela concentração fundiária e pela estrutura hierárquica de poder instaurada no período. Diferentemente do campesinato europeu, que se desenvolveu em um contexto de maior





centralidade nas dinâmicas do capitalismo global, o campesinato no Brasil emergiu em uma sociedade periférica ao sistema capitalista, sob a forte influência do modelo de latifúndio escravista. Esse cenário moldou não apenas as relações de trabalho, mas também a forma como as comunidades camponesas se organizou e se relacionou com a terra e com as estruturas de poder (Marques, 2012).

O campesinato brasileiro distingue-se por uma trajetória histórica de mobilidade espacial, que contrasta diretamente com o enraizamento territorial característico do campesinato europeu. Essa peculiaridade é amplamente influenciada pela predominância de sistemas de posse precária da terra no Brasil, os quais geram instabilidade e impedem a consolidação de uma base territorial estável. Essa precariedade fundiária força as comunidades camponesas a adotarem a busca por novas terras como uma estratégia essencial para garantir sua reprodução social. Assim, essa dinâmica reflete tanto a fragilidade estrutural das condições de vida do campesinato brasileiro quanto as profundas consequências das relações agrárias históricas, marcadas pela concentração fundiária e pela exclusão social.

Este trabalho tem como objetivo a compreender o papel da terra para a constituição de vida dos quilombolas em Cajual como constituintes de uma dinâmica camponesa. Neste sentido, a utilização da dialética como método de análise é para a finalidade da visualização das contradições existentes na realidade do espaço pesquisado.

## **METODOLOGIA**

Nesta pesquisa a perspectiva dialética foi empregada para dar movimento lógico ao debate, permitindo uma análise mais profunda e abrangente das questões envolvidas nas questões territoriais quilombolas. Conforme afirma Becker (2005, p. 24):

O método dialético tem origem na complexidade das relações entre o que se produz e os resultados do pensamento humano. A dialética, como ciência das leis gerais do movimento e do desenvolvimento da natureza, da sociedade e do pensamento humano, possui leis gerais que, assim, podem ser resumidas: a relação una e total, a transformação da quantidade em qualidade e vice-versa; a unicidade e interpenetração dos contrários; a negação da negação.

Compreender a importância central da terra para as comunidades quilombolas da Ilha do Cajual exige uma análise que destaque como o acesso e o uso da terra são elementos fundamentais para o desenvolvimento de todas as outras dimensões sociais. A terra não se limita a um recurso material, mas é o alicerce que sustenta a reprodução da vida e das relações sociais. A necessidade material que a terra atende torna-se a base da existência, refletindo-se em uma estrutura dialética onde o vínculo com o território é inseparável da totalidade da vida dessas comunidades.



A contradição se apresenta como um dos pilares para o desenvolvimento do objeto, na medida em que, a partir dos diálogos e da realidade, é possível identificar um conjunto de ações complementares que revelam como os sujeitos se organizam e se posicionam enquanto sociedade.

O quilombola da Ilha do Cajual pode ser compreendido dentro de uma lógica camponesa, uma vez que sua existência se organiza a partir de um vínculo direto e indissociável com a terra, que se coloca não apenas como meio de produção, mas também como elemento simbólico de resistência e condição fundamental para a reprodução da vida. Nesse sentido, a terra assume papel central na manutenção de uma identidade coletiva que se insere no bojo da classe camponesa, reafirmando modos de vida, práticas culturais e estratégias de enfrentamento às pressões externas de expropriação e subordinação. Assim, a trajetória dos quilombolas expressa um protagonismo que ultrapassa o campo econômico, articulando dimensões políticas e culturais que dão sustentação à resistência histórica. A partir da escuta atenta dos moradores, foi possível perceber como se estruturam as práticas cotidianas, os sentidos atribuídos à terra e as narrativas que reforçam a luta e a permanência no território ao longo dos anos.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

O modo capitalista de produção no Brasil, historicamente, operou uma dinâmica que busca a sua expansão a partir do controle sobre terras, ou seja, a terra se constitui num um ativo estratégico para a reprodução do capital a partir da renda fundiária. A lógica de acumulação de renda fundiária reflete o caráter desigual e excludente da formação territorial brasileira, onde a posse da terra não serviu apenas como meio de produção, mas como símbolo de poder e instrumento de dominação (Oliveira, 2007). Assim, a concentração cada vez maior de terras tornou-se uma das finalidades do capital, perpetuando desigualdades sociais e estruturais que ainda hoje configuram a realidade agrária e territorial do país.

O Brasil desenvolveu uma fórmula específica para a coerção do trabalho do homem livre, baseada em uma lógica estrutural: quando a terra era livre, o trabalho precisava ser escravizado; por outro lado, quando o trabalho era livre, a terra precisava estar sob domínio e controle (Martins, 2013). Segundo Martins (2013) este "cativeiro da terra" constitui a base estrutural e histórica da sociedade brasileira contemporânea. Essa dinâmica condicionou a modernidade do país e sua inserção no capitalismo a um modelo de coerção laboral que sustentou uma economia marcada pela concentração fundiária e de riquezas.



Clóvis Moura (2021) enfatiza que, onde houvesse escravidão, inevitavelmente surgiriam quilombos e movimentos de revolta, simbolizando a luta pela liberdade frente à opressão. Os quilombos eram áreas de refúgio formadas por escravizados fugitivos, geralmente localizadas em regiões de mata, selva ou áreas montanhosas de difícil acesso. Esses espaços eram transformados em aldeias que, justamente por sua localização estratégica, ofereciam condições favoráveis à sobrevivência, à preservação de tradições e à afirmação da identidade étnica e racial dos seus habitantes (PALMARES, 2008).

Essa estrutura geradora dos quilombos afeta a sua própria conceituação regulamentar, segundo Carril (2006) a identificação de quilombos no meio rural do Brasil contemporâneo trouxe uma nova perspectiva sobre sua conceituação tradicional, que os definia exclusivamente como fruto da fuga e resistência ao regime escravista. Pesquisas mais recentes revelaram que a formação desses agrupamentos também ocorreu por outras vias, como a doação de terras, o abandono de escravizados por seus senhores e a destinação de terras a santos em contextos religiosos.

Esses espaços são ocupados, há séculos, por grupos sociais cuja ancestralidade está diretamente vinculada à experiência da escravidão. A identidade quilombola, nesse contexto, constitui-se como uma expressão genuína dessa herança étnico-histórica, não sendo resultado de uma construção artificial ou de manipulações posteriores, mas sim de sua relação com a terra. A importância da identidade quilombola como um reflexo contínuo, autêntico e enraizado nas especificidades étnicas dessas comunidades (Trabulsi, 2013).

A identidade configura-se como expressões concretas da relação entre os agentes sociais e a terra, sendo identificados e analisados como formas específicas de territorialidades. Tal complexidade esclarece não apenas a diversidade intrínseca às comunidades quilombolas, mas também a singularidade das formas pelas quais esses grupos se conectam e interagem com seus territórios ao longo do tempo (Pereira Junior, 2017).

A análise da organicidade dos territórios, nesse contexto, ultrapassa a compreensão limitada à afirmação identitária. Assim, a luta quilombola trata-se de um campo de investigação que também possibilita a compreensão aprofundada dos movimentos étnicos, mas sobretudo das formas de resistência e reivindicação por direitos, essencialmente pautada no que diz respeito à luta pelo acesso à terra.

Portanto, a luta pela terra deve ser compreendida como uma das principais estratégias de resistência e afirmação da existência quilombola. É por meio dela que esses sujeitos coletivos garantem não apenas a permanência em seus territórios, mas também a continuidade de suas práticas culturais, modo de vida e projetos políticos de transformação social, em oposição às



formas hegemônicas de dominação territorial (Malcher, 2009). Desde à época da escravidão os quilombos se organizam de maneira diversa para garantir a sua existência, visto que, existiam, por exemplo, ligações dos escravos com contrabandistas de diamante e ouro, fazendo uma rede de informações pois eram duas atividades indesejadas pelo Estado brasileiro e assim, portanto, amplamente oprimidas (Moura, 2020). Ainda, Moura (2020, p. 51) discute que:

Em face da grande diversidade da economia escravista, muitas vezes os quilombos reproduziam internamente o tipo de economia da área da qual se organizavam. Por isso, embora a maioria praticasse a agricultura, em face da grande tradição agrícola dos povos africanos, não havia uniformidade naquilo que poderíamos atualmente denominar modelos econômicos.

Nesse contexto, a relação de uso estabelecida com a terra variava de acordo com cada área, configurando-se como uma estratégia fundamental para garantir a sobrevivência. O acesso à terra era o ponto de partida que possibilitava sua utilização, e essa utilização, por sua vez, era definida pelas especificidades da estrutura econômica local e pelos recursos disponíveis. Assim, as práticas e os modos de ocupação do território eram moldados pelas condições materiais e sociais presentes, refletindo dinâmicas adaptativas que respondiam às demandas e limitações de cada espaço.

Nesse contexto, conforme argumenta Marques (2012), o campesinato brasileiro apresenta particularidades que foram moldadas pelas condições históricas e socioeconômicas específicas do país. Suas raízes estão profundamente vinculadas à formação territorial colonial, marcada pela concentração fundiária e pela estrutura hierárquica de poder instaurada no período. Diferentemente do campesinato europeu, que se desenvolveu em um contexto de maior centralidade nas dinâmicas do capitalismo global, o campesinato no Brasil emergiu em uma sociedade periférica ao sistema capitalista, sob a forte influência do modelo de latifúndio escravista. Esse cenário moldou não apenas as relações de trabalho, mas também a forma como as comunidades camponesas se organizou e se relacionou com a terra e com as estruturas de poder (Marques, 2012).

O campesinato brasileiro distingue-se por uma trajetória histórica de mobilidade espacial, que contrasta diretamente com o enraizamento territorial característico do campesinato europeu. Essa peculiaridade é amplamente influenciada pela predominância de sistemas de posse precária da terra no Brasil, os quais geram instabilidade e impedem a consolidação de uma base territorial estável. Essa precariedade fundiária força as comunidades camponesas a adotarem a busca por novas terras como uma estratégia essencial para garantir sua reprodução social. Assim, essa dinâmica reflete tanto a fragilidade estrutural das condições





de vida do campesinato brasileiro quanto as profundas consequências das relações agrárias históricas, marcadas pela concentração fundiária e pela exclusão social (Oliveira, 2020).

Para Paulino e Almeida (2010) entender a importância campesina exige resgatar e compreender a capacidade de resistência e criatividade dos camponeses, que, mesmo diante da espoliação generalizada, encontram meios de permanecer em seus territórios. Essa resistência se dá pela abertura de brechas no sistema que possibilitam sua continuidade enquanto agentes produtivos e culturais. Assim, uma das alternativas viáveis está no fortalecimento de pactos entre camponeses e trabalhadores urbanos, fundamentados na compreensão de que a Função Social da Terra transcende os meros índices de produtividade (Paulino; Almeida, 2010).

Além disso, conforme observado por Marques (2012), o campesinato e, por extensão, as comunidades quilombolas, não ocupam uma posição passiva diante das pressões externas. As estratégias de resistência e adaptação demonstram a centralidade da terra como um espaço de luta pela sobrevivência e pela autonomia frente à lógica de subordinação e concentração fundiária imposta pelo sistema capitalista.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Conforme analisado por Araújo (2024), as comunidade pesquisadas no Maranhão sofrem um processo de mudança continua de atividade econômica, migrando da pesca para a agricultura para a manutenção da vida em seu território, uma transformação socioeconômica que afeta diretamente a relação das comunidades com a natureza do território. A atividade portuária que impacta a vida das comunidades é derivada do Porto do Itaqui e uma extensão está prevista para ocupar uma porção significativa do interior da Ilha, sobrepondo-se às áreas de terra firme, as quais atualmente são utilizadas pelas comunidades para moradia, atividades agrícolas e pecuárias.

Esse empreendimento comprometeria cerca de 62% do território indispensável para a continuidade da vida e das práticas socioculturais das comunidades quilombolas que ali habitam. Considerando o estilo de vida predominantemente campesino dessas populações, baseado em uma relação intrínseca com a terra (agricultura, pecuária e moradia), a retirada de seu território tornaria inviável a manutenção de sua existência enquanto comunidade. A terra, nesse contexto, é o alicerce da reprodução social e cultural, e sua perda acarretaria a desestruturação completa de seus modos de vida.

No caso das comunidades quilombolas em Alcântara/MA na Ilha do Cajual, como observado por Araújo (2024), o constante ajuste entre atividades econômicas, como a migração





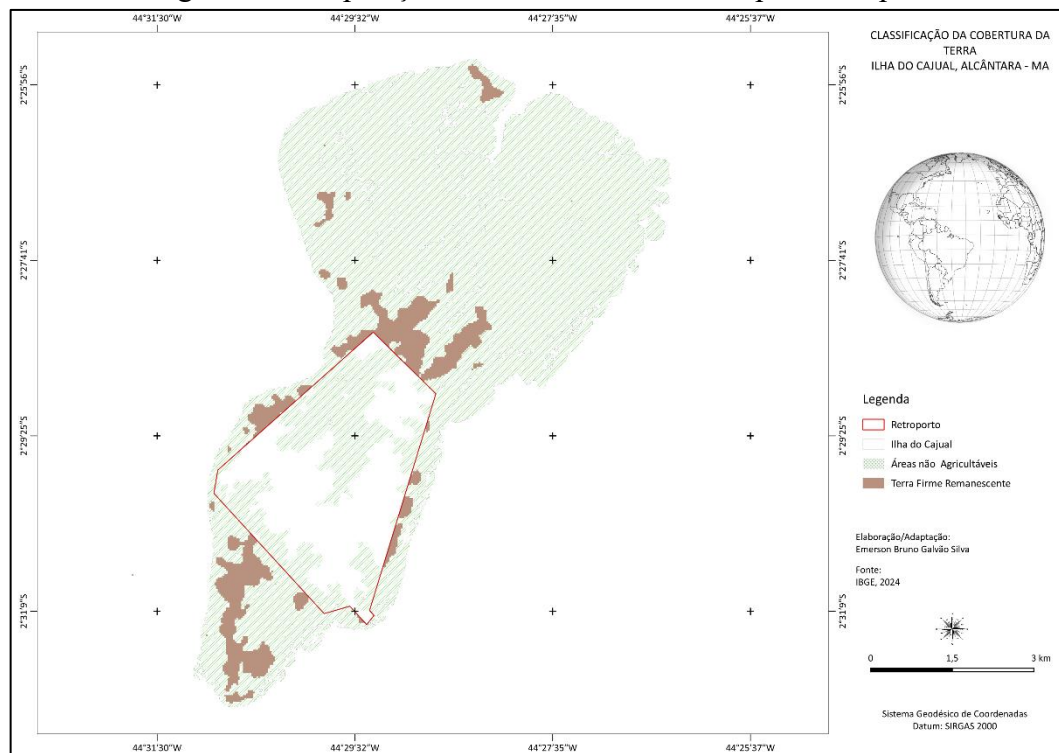
entre pesca e agricultura, indica que a terra é mais do que um espaço físico produtivo; ela é um suporte essencial para a manutenção da vida e da continuidade cultural. Essa transformação socioeconômica, embora marcada por tensões e desafios, destaca a resiliência dessas comunidades que vivem no interior da Ilha na busca por estratégias que garantam a permanência em seus territórios e a preservação de seus modos de vida.

A compreensão da valoração da terra para o sujeito quilombola constitui elemento imprescindível para a formulação do objetivo final deste artigo, uma vez que revela a centralidade desse vínculo na reprodução da vida material e simbólica da comunidade. Nesse sentido, um morador da Ilha do Cajual argumenta: *“o que a gente tem pra trabalhar é o mar e a terra né... e naquela época começava cedo a aprender, pra sobreviver né, então quando meu marido ia pescar os meninos iam junto... do mesmo jeito era quando ia preparar a terra... plantar.”*.

A transmissão intergeracional do trabalho, evidenciada pela participação dos filhos tanto na pesca quanto no preparo da terra, traduz a dimensão pedagógica inscrita na experiência concreta do viver quilombola, onde o saber é incorporado e compartilhado no próprio ato de produzir. Tal relação não pode ser compreendida apenas pelo viés econômico, mas como uma prática total, que articula dimensões culturais, sociais e políticas

As condições de reprodução da vida em Cajual estão profundamente vinculadas à disponibilidade de áreas de terra firme agricultáveis, que funcionam como a base material para a manutenção da comunidade. Caso se concretize a indisponibilidade dessas áreas, rompe-se o elo essencial entre o sujeito quilombola e seu território, obrigando os comunitários a buscarem alternativas em outras localidades. A seguir o mapa de utilização da terra no interior da ilha com a instalação do projeto do retroporto:

Imagem 1: sobreposição das áreas de terra firme pelo retroporto



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

As comunidades locais, cuja reprodução da vida está historicamente vinculada ao uso direto dos recursos naturais, encontram-se sistematicamente marginalizadas quando seus territórios passam a ser alvo dos interesses do capital. A imposição de empreendimentos econômicos expressa uma dinâmica de poder profundamente desigual, na qual os sujeitos mais vulneráveis são expropriados ou deslocados em nome da expansão do capital e de uma noção hegemônica de desenvolvimento. Nesse processo, a resistência dessas comunidades não deve ser interpretada apenas como uma defesa cultural ou simbólica, mas como uma luta concreta contra a opressão capitalista que ameaça suas bases materiais de existência.

Ao reivindicarem o direito à terra, à água e a condições ambientais que sustentem a vida, esses grupos confrontam diretamente as estruturas de poder que buscam submetê-los. A luta assume, assim, uma dimensão política e social mais ampla, pois não se restringe à defesa imediata da sobrevivência comunitária, mas questiona a própria lógica que legitima a exploração e a marginalização em nome do progresso econômico. Trata-se, portanto, de uma resistência que, ao mesmo tempo, denuncia as contradições do sistema e afirma alternativas baseadas na centralidade da vida.

Diante disso, torna-se imprescindível fortalecer mecanismos de participação e de controle social que possam romper com a lógica verticalizada de tomada de decisão. Garantir o respeito aos direitos territoriais e ambientais das populações tradicionais significa reconhecer



a legitimidade de suas formas de reprodução material, assegurando-lhes não apenas a permanência no território, mas também o protagonismo na definição dos rumos do desenvolvimento. Somente por meio desse movimento dialético de confronto e resistência é possível tensionar as bases estruturais da exploração capitalista e abrir caminhos para novas racionalidades sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da realidade quilombola em Cajual evidencia que a terra constitui a base material indispensável para a reprodução da vida. É nela que se realizam as atividades de subsistência – pesca, agricultura e extrativismo – que garantem a permanência da comunidade. Nesse sentido, a terra não é um recurso acessório, mas o fundamento objetivo da produção e da reprodução social, determinando a possibilidade concreta de existência no espaço. Sua centralidade emerge, portanto, da condição histórica do trabalho, que transforma a natureza em meios de vida e estabelece o metabolismo entre sociedade e espaço.

Contudo, o avanço de projetos ligados à expansão portuária coloca em evidência a contradição estrutural que marca esse território. Ao mesmo tempo em que a terra é condição necessária para a manutenção da vida comunitária, ela é apropriada pelo capital como suporte material de sua expansão. A pressão sobre as áreas agricultáveis expressa, nesse caso, a luta entre duas racionalidades inconciliáveis: de um lado, a lógica do capital, que vê na terra um ativo a ser explorado; de outro, a necessidade objetiva da comunidade em reproduzir-se materialmente por meio dela. A contradição se dá, portanto, entre a reprodução ampliada do capital e a reprodução social dos sujeitos.

Se a terra firme agricultável deixa de estar disponível, não se trata apenas de uma dificuldade circunstancial, mas da negação objetiva da possibilidade de vida em Cajual. A expropriação nesse contexto significa a interrupção do metabolismo social com a natureza, dissolvendo as condições materiais de existência da comunidade. Dialeticamente, a reprodução da vida só pode se dar na medida em que o território continue assegurado como base material da produção. A luta pela terra, assim, não é escolha ou expressão cultural, mas imposição objetiva da realidade: sem-terra, a vida em Cajual se inviabiliza.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Anderson David Martins de. **Transformações socioeconômicas e no uso da terra em comunidades quilombolas amazônicas da Ilha do Cajual frente à expansão das atividades portuárias em Alcântara/Ma.** 2024.131 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Geografia) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.



BECKER, E. L. S. A geografia e o método dialético. **VIDYA** v. 25, n. 2, p. 51-58, jul/dez, 2005 - Santa Maria, 2005.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Quilombo, território e geografia. **Agrária (São Paulo. Online)**, n. 3, p. 156-171, 2005.

MACHADO, Diego Willian Nascimento et al. **Práticas de resistências no território do quilombo Passo dos Brum, em São Sepé-RS**. 2023. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria.

MALCHER, Maria Albenize Farias. Identidade quilombola e território. **Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação. Belém**, v. 21, p. 399-421, 2009.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista nera**, n. 12, p. 57-67, 2012.

MARTINS, José de Souza. **O cativoiro da terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

MOURA, Clovis. A variável cultural. **História do Negro Brasileiro**. Série, 1992.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo** / Clóvis Moura. – 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2021. 136p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, v. 2, 2007.

PALMARES, FUNDAÇÃO CULTURAL. Quilombos ainda existem no Brasil. Brasília, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. Expressão Popular, 2010.

PEREIRA JUNIOR, D. **Territorialidades e Identidades coletivas: uma etnografia de terra santa na baixada maranhense**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Salvador, 2011.

TAUSSIG, Michael T. **The Devil and commodity fetishism in South America**. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1980.

TRABULSI, Maria Tereza Nunes. **Quando gritô a liberdade: identidade e território em Santo Antônio dos Sardinha**/ Martia Tereza Nunes Trabulsi. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – 2013.